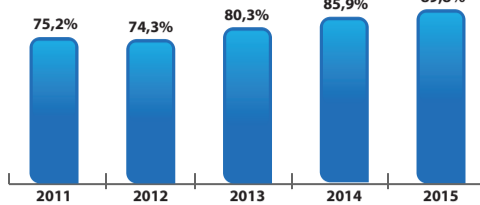


## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

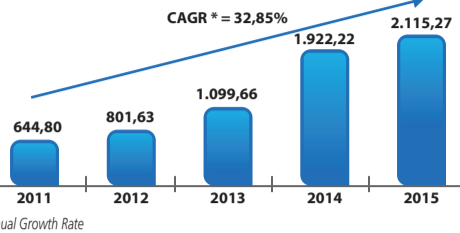
Os sinistros ocorridos totalizaram R\$1.886 milhões em 2015, com índice de sinistralidade de 89,8%. O crescimento da sinistralidade, foi observado nas principais seguradoras do mercado, principalmente pela elevação de custos médicos acima dos ajustes de prêmios, e pela mudança do mix da carteira, com aumento da concentração em segmentos de maior sinistralidade. A Seguradora durante o exercício de 2015 reviu sua estratégia de atuação nos segmentos de maior sinistralidade e estrategicamente não renovou determinados contratos.

## EVOLUÇÃO DO % SINISTRALIDADE



As despesas administrativas totalizaram R\$149,7 milhões e o resultado financeiro alcançou R\$84,6 milhões. O lucro líquido da Unimed Seguros Saúde foi de R\$4,5 milhões, e foi impactado pelo alto nível de sinistralidade registrado no ano de 2015. Os ativos totais totalizaram R\$915 milhões ao final de 2015, o que representou um aumento de 10,7% em relação ao ano anterior, sustentado pelo crescimento contínuo da carteira de aplicações.

## EVOLUÇÃO DOS PRÊMIOS EMITIDOS LÍQUIDOS - R\$ MM



## BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

Notas		2015	2014(*)
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>527.873</b>	<b>422.310</b>
Disponível		16.890	13.234
Aplicações financeiras	5	452.848	342.092
Aplicações vinculadas a provisões técnicas		315.662	223.076
Aplicações não vinculadas		137.166	119.016
Crédito de operações com planos de assistência à saúde		43.769	48.771
Contraprestações pecuniária/prêmio a receber	6	43.693	47.905
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		76	866
Despesas diferidas	7	2.651	11.600
Créditos tributários e previdenciários	8	8.017	2.717
Bens e títulos a receber	9	3.322	3.716
Despesas antecipadas		376	180
<b>Ativo não circulante</b>		<b>387.149</b>	<b>404.477</b>
Realizável a longo prazo		331.042	332.716
Aplicações	5	239.518	260.861
Aplicações vinculadas a provisões técnicas		175.499	237.622
Aplicações não vinculadas		64.019	23.239
Créditos tributários e previdenciários	8	41.085	28.969
Depósitos judiciais e fiscais	16	50.439	42.886
Investimentos	10	14.039	15.678
Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		14.039	15.678
Outros investimentos		14.039	15.678
Imobilizado	11	20.455	23.749
Imóveis de uso próprio		11.577	11.889
Imóveis de hospitais/odontológicos		11.577	11.889
Imobilização de uso próprio		8.765	11.721
Não hospitais/odontológicos		8.765	11.721
Outras imobilizações		113	139
Outras imobilizações - não hospitais/não odontológicos		113	139
Intangível	11	21.613	32.334
<b>Total do ativo</b>		<b>915.022</b>	<b>826.787</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>378.222</b>	<b>355.839</b>
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12	339.531	316.562
Provisão de prêmio/contraprestação não ganha-PPCNG		2.689	2.186
Provisão para emissão		3.019	2.523
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para SUS		2.622	3.262
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		81.579	56.806
Provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONIA)		249.622	251.785
Débitos de operações de assistência à saúde		4.218	5.462
Comercialização sobre operações		3.604	5.282
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde		614	180
Tributos e encargos sociais a recolher	13	7.094	5.402
Empréstimos e financiamentos a pagar	14	2.472	5.206
Débitos diversos	15	24.907	23.207
<b>Passivo não circulante</b>		<b>82.280</b>	<b>79.019</b>
Provisão para remissão	12	3.735	3.273
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		12	3.435
Provisões para ações judiciais	16	66.233	58.567
Tributos e encargos sociais a recolher	13	6.714	4.238
Empréstimos e financiamentos a pagar	14	2.007	4.331
Débitos diversos	15	66	7.861
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>454.520</b>	<b>391.929</b>
Capital social	17	310.000	250.000
Reservas de lucros		150.318	146.206
Ajustes de avaliação patrimonial		(5.798)	(4.277)
<b>Total do passivo</b>		<b>915.022</b>	<b>826.787</b>

(\*) Os saldos de créditos tributários e previdenciários, impostos e contribuições estão sendo representados líquidos de antecipações. (ver o explicativa 2b)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Legal	Investimento e capital de giro	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>140.000</b>	<b>13.397</b>	<b>125.164</b>	<b>(4.883)</b>	-	<b>273.678</b>
Aumento de capital - AGE de 27/08/2014	40.000	-	-	-	-	40.000
Aumento de capital - AGE de 24/09/2014	30.000	-	-	-	-	30.000
Aumento de capital - AGE de 25/09/2014	19.999	-	-	-	-	19.999
Aumento de capital - AGE de 27/11/2014	10.000	-	-	-	-	10.000
Aumento de capital - AGE de 29/12/2014	10.000	-	-	-	-	10.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	606	-	606
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.448	8.448
Proposta de destinação do lucro:						
Reserva legal	-	422	-	(422)	-	-
Reserva estatutária	-	-	7.223	(7.223)	-	-
Dividendos	-	-	-	(803)	(803)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>250.000</b>	<b>13.819</b>	<b>132.387</b>	<b>(4.277)</b>	-	<b>391.929</b>
Aumento de capital - AGE de 24/09/2015	20.000	-	-	-	-	20.000
Aumento de capital - AGE de 09/10/2015	20.000	-	-	-	-	20.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(1.521)	-	(1.521)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.544	4.544
Proposta de destinação do lucro:						
Reserva legal	-	227	-	(227)	-	-
Reserva estatutária	-	-	3.885	(3.885)	-	-
Dividendos	-	-	-	(432)	(432)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>310.000</b>	<b>14.046</b>	<b>136.272</b>	<b>(5.798)</b>	-	<b>454.520</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Unimed Seguros Saúde S.A. (doravante denominada por "Seguradora") é uma entidade domiciliada no Brasil, situada na Alameda Ministro Rocha Azevedo, 366 - São Paulo, que faz parte do Sistema Cooperativo Unimed, que é formado pelas cooperativas médicas que atuam sob a denominação Unimed, pelas suas federações, pela confederação nacional e por empresas associadas. A Seguradora atua de forma integrada com esse conjunto de organizações e mantém com elas diversas operações. A Seguradora compartilha com sua Controladora, Unimed Seguros Saúde S.A., certos componentes da estrutura operacional e administrativa, sendo o custo correspondente atribuído a cada uma das empresas segundo critérios estabelecidos pela Administração. A Seguradora e sua controladora são controladas indireta e direta, respectivamente, pela Unimed Participações Ltda. A Seguradora é uma sociedade por ações e está subordinada às diretrizes e normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A Seguradora possui registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, sob nº 00070-1. A Unimed Seguros Saúde S.A. é controladora da Unimed Odontô S.A., operadora de planos odontológicos, que tem como missão tornar acessível a sociedade soluções em saúde bucal, baseada no modelo de integração aliado à saúde, com excelência no atendimento e valorização do profissional, e que faz parte do Sistema Cooperativo Unimed, que é formado pelas cooperativas médicas que atuam sob a denominação Unimed, pelas suas federações, pela confederação nacional e por empresas associadas, atuando de forma integrada com esse conjunto de organizações e mantém com elas diversas operações. A Operadora compartilha com sua Controladora direta e indireta, Unimed Seguros Saúde S.A. e Unimed Seguradora S.A., certos componentes da estrutura operacional e administrativa, sendo o custo correspondente atribuído a cada uma das empresas segundo critérios estabelecidos pela Administração. A Unimed Odontô S.A. é uma sociedade por ações e está subordinada às diretrizes e normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A Seguradora mantém participação na Unimed Administração e Serviços Ltda. A empresa está em fase de encerramento, dependendo do desfecho de um processo judicial.

### 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), de acordo com os critérios estabelecidos no plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 290, de 27 de fevereiro de 2012 e alterações propostas pelas Resoluções Normativas nº 314 de 28 de novembro de 2012, nº 322 de 28 de março de 2013 e nº 344 de 20 de dezembro de 2013. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas em 24 de fevereiro de 2016. As demonstrações financeiras estão sendo preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, a qual não requer a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. A base de mensuração. A preparação das demonstrações financeiras pressupõe a continuidade das negócios em curso normal, e foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção do que se segue: **a)** Ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado e disponível para venda são mensurados pelo valor justo; **b)** Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da ANS, e **c)** Investimentos mensurados por equivalência patrimonial. **b) Comparabilidade.** As demonstrações financeiras estão apresentadas com informações comparativas de exercícios anteriores, conforme disposto do CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Em 31 de dezembro de 2014, a Seguradora reclassificou para o passivo circulante as antecipações de imposto de renda e contribuição social anteriormente classificadas no ativo circulante para melhor apresentação das demonstrações financeiras.

	2014		
	Publicado anteriormente	Reclassificações	Saldo Atual
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>	<b>13.132</b>	<b>(10.415)</b>	<b>2.717</b>
Créditos tributários e previdenciários	13.132	(10.415)	2.717
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>	<b>10.415</b>	<b>(10.415)</b>	-
Impostos e contribuições	10.415	(10.415)	-

**c) Moeda funcional e de apresentação.** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d) Utilização de estimativas e julgamentos.** A preparação de demonstrações financeiras exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e pressupostos quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e pressupostos são revistas de uma maneira contínuo. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **i)** Nota 5 - Ativos financeiros (avaliados pelo valor justo); **ii)** Nota 6 - Movimentação da provisão para riscos de créditos; **iii)** Nota 7 - Custos de aplicação diferidos; **iv)** Nota 12 - Movimentação das Provisões técnicas; e **v)** Nota 16 - Provisões judiciais e **e) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas anteriormente pela Seguradora.** **i) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.** Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final do IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que substitui o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores do IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 estará em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilidade de hedge, é exigida a aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Seguradora, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Seguradora. **ii) IFRS 11 - Contas Regulatórias Diferidas.** A IFRS 14 é uma norma opcional que permite a uma entidade cujas atividades estão sujeitas a regulamentação de tarifas contínuo aplicar a maior parte de suas políticas contábeis para saldos de contas regulatórias diferidas no momento da primeira adoção das IFRS. As entidades que adotam a IFRS 14 devem apresentar contas regulatórias diferidas como rubricas em separado no balanço patrimonial e apresentar movimentações nessas rubricas contábeis como rubricas em separado no balanço patrimonial e outros resultados abrangentes. A norma exige divulgações sobre a natureza e os riscos associados com a regulação de tarifas da entidade e os efeitos dessa regulação sobre as demonstrações financeiras. A IFRS 14 está em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data. Essa norma não se aplica, pois a Seguradora elabora suas demonstrações financeiras com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS. **iii) IFRS 15 - Revenue from contracts with customers.** A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo consistente de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios da IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita. A norma da nova receita é aplicável a todas as entidades e é retrospectiva total ou modificada e exigida para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data, sendo permitida adoção antecipada, em análise no Brasil. A Seguradora está atualmente avaliando o impacto da IFRS 15 e planeja adotar uma nova norma sobre a efetiva data de entrada em vigor. **iv) Alterações à IFRS 11 Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Sociárias.** As alterações à IFRS 11 exigem que um operador conjunto, que esteja contabilizando a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios. As alterações também deixam claro que uma participação societária previamente mantida em uma operação conjunta não é

remensurada sobre a aquisição de participação adicional na mesma operação conjunta enquanto o controle conjunto for retido. Adicionalmente, uma exclusão de escopo foi adicionada à IFRS 11 para especificar que as alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal. As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta e são prospectivamente vigentes para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 e após essa data, não sendo permitida a adoção antecipada no Brasil. Não se espera que essas alterações tenham impacto sobre a Seguradora. **v) Alterações à IAS 16 e à IAS 38 - Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização.** As alterações esclarecem o princípio na IAS 16 e na IAS 38 que a recente reflete um modelo de benefícios econômicos gerados a partir da operação de um negócio (do qual o ativo faz parte), em vez de dois benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo. Como resultado, um método baseado em receita não pode ser utilizado para fins de depreciação do ativo imobilizado, podendo ser utilizado somente em circunstâncias muito limitadas para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão em vigor prospectivamente para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão vigentes prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data. Não é esperado que essas alterações tenham impacto para a Seguradora, uma vez que a Seguradora não utilizou um método baseado na receita para depreciar ativos não circulantes. **vi) Alterações à IAS 27 - Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas.** As alterações permitem que as entidades utilizem o método de equivalência patrimonial ao contabilizar investimentos em controladas, joint ventures e coligadas em demonstrações financeiras separadas. As entidades que já estejam aplicando a IFRS 9 optem por passar a adotar o método da equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras separadas terão de aplicar essa mudança retrospectivamente. Entidades que elaboram demonstrações financeiras de acordo com as IFRS pela primeira vez e que optem por adotar o método de equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras separadas deverão aplicar esse método a partir da data de transição às IFRS. As alterações estão em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada, que está em análise no Brasil. Essas alterações não terão impacto sobre as demonstrações financeiras da Seguradora.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**a) Disponível.** O saldo de caixa e bancos inclui numerário em caixa, saldos em banco, conta movimento e valores em trânsito. **b) Aplicações financeiras.** Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento. **i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado.** Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de risco e estratégia de investimento. As mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento.** Caso exista intenção e a capacidade de manter títulos até o vencimento, tais ativos são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no exercício e de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis; **iii) Ativos financeiros disponíveis para venda.** Ativos financeiros disponíveis para venda são diretamente não derivativos que não foram classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas nos resultados abrangentes e registradas dentro do patrimônio líquido pelo valor líquido do saldo dos respectivos efeitos tributários sobre o ganho ou resultado. Quando um investimento é realizado, o custo acumulado e os juros são transferidos para o resultado. **iv) Empréstimos e recebíveis.** São ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e compreendem substancialmente "prêmios a receber". **v) Determinação do valor justo.** O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ABNIMA. Os títulos de renda variável tiveram seu valor justo obtido a partir da última cotagem publicada pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Mercadorias e Futuros. Os certificados de depósitos bancários e os depósitos a prazo com garantia especial (DPGE) são registrados ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos, que se aproximam de seu valor justo. Para a determinação do valor justo das debêntures são utilizadas as cotações diárias fornecidas pela ABNIMA e para aqueles sem cotação utilizou-se metodologia própria - "marked to model" - com base nas cotações de negócios relevantes e divulgadas no Sistema Nacional de Debêntures (SND). As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na BM&FBOVESPA, SELIC-Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP-Câmara de Custódia e Liquidação. **o) Provisão para riscos de créditos - contraprestações a receber.** Constituída com base em estudo na totalidade das parcelas devidas por beneficiários que tenham pelo menos uma parcela em atraso, considerando os prêmios vencidos há mais de 30 dias. **d) Investimento.** O investimento em coligada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. **e) Ativo imobilizado de uso próprio.** Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. **f) Licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir o software e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro do resultado. **g) Resultado na alienação de bens do ativo permanente.** A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil-econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, sendo depreciados conforme se segue: **a)** Bens móveis: 2 a 5 anos; **b)** Imóveis em uso: 50 anos; e **c)** Outros: 5 a 10 anos. O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais dos bens do imobilizado são revisados anualmente. A Seguradora reviu o estudo de vida útil dos ativos imobilizados e não detectou alterações nos prazos estabelecidos. **f) Ativos intangíveis.** Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que não sejam perdas por redução ao valor recuperável (DPGE) são registrados ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos, que se aproximam de seu valor justo. Para a determinação do valor justo das debêntures são utilizadas as cotações diárias fornecidas pela ABNIMA e para aqueles sem cotação utilizou-se metodologia própria - "marked to model" - com base nas cotações de negócios relevantes e divulgadas no Sistema Nacional de Debêntures (SND). As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na BM&FBOVESPA, SELIC-Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP-Câmara de Custódia e Liquidação. **o) Provisão para riscos de créditos - contraprestações a receber.** Constituída com base em estudo na totalidade das parcelas devidas por beneficiários que tenham pelo menos uma parcela em atraso, considerando os prêmios vencidos há mais de 30 dias. **d) Investimento.** O investimento em coligada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. **e) Ativo imobilizado de uso próprio.** Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. **f) Licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir o software e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro do resultado. **g) Resultado na alienação de bens do ativo permanente.** A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil-econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, sendo depreciados conforme se segue: **a)** Bens móveis: 2 a 5 anos; **b)** Imóveis em uso: 50 anos; e **c)** Outros: 5 a 10 anos. O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais dos bens do imobilizado são revisados anualmente. A Seguradora reviu o estudo de vida útil dos ativos imobilizados e não detectou alterações nos prazos estabelecidos. **f) Ativos intangíveis.** Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que não sejam perdas por redução ao valor recuperável (DPGE) são registrados ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos, que se aproximam de seu valor justo. Para a determinação do valor justo das debêntures são utilizadas as cotações diárias fornecidas pela ABNIMA e para aqueles sem cotação utilizou-se metodologia própria - "marked to model" - com base nas cotações de negócios relevantes e divulgadas no Sistema Nacional de Debêntures (SND). As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na BM&FBOVESPA, SELIC-Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP-Câmara de Custódia e Liquidação. **o) Provisão para riscos de créditos - contraprestações a receber.** Constituída com base em estudo na totalidade das parcelas devidas por beneficiários que tenham pelo menos uma parcela em atraso, considerando os prêmios vencidos há mais de 30 dias. **d) Investimento.** O investimento em coligada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. **e) Ativo imobilizado de uso próprio.** Os itens do imobilizado são****



# UNIMED SEGUROS SAÚDE S.A.

CNPJ 04.487.255/0001-81

ANS - nº 000701

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

**c) Risco de crédito:** O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Seguradora a incorrer em perdas financeiras. Os critérios para a escolha dos emissores dos ativos de crédito passam por uma avaliação interna onde os investimentos (ou reinvestimentos) são realizados somente com contrapartes com alta qualidade de rating de crédito, e têm seus ratings avaliados por agências renomadas atuantes no mercado. A exposição da Seguradora e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas, revisadas e aprovadas pelo Comitê de Investimentos. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a carteira de aplicações da Seguradora está alocada nas instituições com as seguintes classificações de risco:

Rating	2015		2014	
	Valor	Participações %	Valor	Participações %
Soberano	315.871	45,6%	193.021	32%
AAA	32.029	4,6%	107.920	17,9%
AA	228.162	33%	114.489	19%
A	7.610	1,1%	17.159	2,8%
BBB	7.097	1%	22.635	3,8%
BB	14.451	2,1%	32.191	5,3%
B	17.282	2,5%	11.980	2%
Total em Risco	622.502	89,5%	499.399	82,8%
Sem Classificação (*)	69.865	10,1%	103.556	17,2%
<b>Total</b>	<b>692.367</b>	<b>100%</b>	<b>602.951</b>	<b>100%</b>

**(\*)** Inclui ações, Fundos Abertos e contas à pagar dos fundos próprios. O principal risco de crédito está vinculado às instituições depositárias das aplicações financeiras da Seguradora. Risco de concentração de investimentos: Possibilidade de agravamento das perdas no valor da carteira, causado pela não diversificação dos investimentos. **d) Risco operacional:** Risco operacional é a possibilidade de perda decorrente de processos internos inadequados ou deficientes, erros, fraudes ou falhas nas operações ou eventos externos que causem prejuízos às suas atividades normais ou danos aos seus ativos físicos. **Controle do risco operacional:** A metodologia de Gestão de Riscos da Unimed Seguros Saúde S.A. tem como base os princípios e princípios do framework do COSO ERM e COSO 2013, que tem como objetivo principal uma gestão integrada e eficaz, em linha com as melhores práticas utilizadas no mercado nacional e internacional para proposição e implementação do modelo corporativo de gestão de riscos, controles e segurança. O processo de gestão de riscos da Unimed Seguros Saúde S.A. é conduzido pela Área de Gestão de Riscos e está estruturado da seguinte forma: **i. Identificação dos riscos:** O objetivo desta etapa consiste na descrição da metodologia a ser aplicada pelas equipes de Processos e Gestão de Riscos no apoio às áreas de negócio e apoio, para identificar, mapear e associar os riscos aos subprocessos da Seguradora. Podemos separar a etapa de identificação em cinco atividades principais: **i. Mapear os processos;** **ii. Identificar os riscos e fatores de riscos;** **iii. Identificar os controles e associa-los aos riscos;** **iv. Identificar normas e regulamentações;** **v. Identificação de deficiências.** **ii. Mensuração e avaliação:** O objetivo desta etapa consiste na descrição da metodologia a ser aplicada pela área de Gestão de Riscos no suporte às áreas de negócio e apoio, para mensurar e avaliar os riscos da Seguradora Unimed. Destacamos as principais atividades desta etapa:

• Classificação do impacto. • Realizar a autoavaliação do ambiente de controle. • Realizar o walkthrough e testes. • Avaliação da aderência aos normativos. • Avaliação dos riscos residuais. **ii. Resposta ao risco (mitigação e controle):** Para os riscos identificados sem controles associados e/ou controles testados e considerados inefetivos, sejam por falha no desenho do controle ou falta de eficiência do controle, a área de Gestão de Riscos apoia os gestores das áreas de negócio e apoio na definição da resposta aos riscos. Para orientar a tomada de decisão, deve ser definida a resposta aos riscos, conforme as categorias descritas abaixo: **Evitar:** Não correr o risco e descontinuar as atividades que geram riscos. Evitar o risco pode implicar na descontinuação de uma linha de serviços, divisão de processos ou subprocessos. **Mitigar:** Mitigar ações são tomadas para reduzir a probabilidade de materialização e/ou severidade do risco. Esta resposta envolve o aprimoramento ou criação de controles e melhorias em processos ou subprocessos. **Compartilhar:** Atividades que visam reduzir a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do risco, por meio da transferência ou compartilhamento de uma parte do risco, por exemplo: co-seguro, resseguro ou outsourcing. **ACEITAR:** nenhuma ação é tomada para influenciar a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do risco. Para os riscos que as áreas gestoras não optarem por "Evitar" ou "ACEITAR", deverão ser definidos planos de ação para correção/melhoria do ambiente de controle, visando à mitigação do risco. **ii. Monitoramento:** Tendo como base os riscos avaliados na etapa de Mensuração e Avaliação, a área de Gestão de Riscos define indicadores com foco nos riscos priorizados (riscos considerados com impacto "alto"). Os resultados dos indicadores são acompanhados periodicamente. **v. Reporte:** A etapa de reporte contempla a responsabilidade da área de Gestão de Riscos no apoio às áreas gestoras, assegurando o reporte do processo de Gestão de Riscos à alta administração da Seguradora. **ii. Risco de subsegração:** **ii. Riscos de oscilação da provisão de sinistros:** Além dos critérios definidos em legislação, as metodologias aplicadas para a constituição das provisões nas operações de seguros são, na sua grande maioria, baseadas em métodos usualmente adotados pela comunidade atuarial internacional, adaptadas para refletirem a realidade das contróladas que operam com seguros. Para a gestão e mitigação do risco das provisões, a Seguradora possui os seguintes procedimentos: **Testes de consistência das metodologias de constituição das provisões:** Neste procedimento é avaliada a adequação das metodologias utilizadas para a constituição das provisões técnicas. Este procedimento é realizado no mínimo anualmente. **Recálculo das provisões técnicas:** Periodicamente são realizados recálculos para avaliar se os montantes provisionados em uma data passada foram adequados. Estes cálculos são feitos no mínimo anualmente. **Acompanhamento mensal da variação das provisões técnicas:** Mensalmente são analisadas as variações observadas nas provisões técnicas para acompanhamento da sua adequação. Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir (se necessário), mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo e na tomada de decisão. **f) Concentração de riscos:** Atualmente a Seguradora atua fortemente na região sudeste, porém, vem atuando constantemente nas demais regiões do Brasil, e desenvolvendo projetos para maior abrangência em todo o território nacional. A concentração apresentada é baseada no faturamento líquido obtido no exercício, porém, a distribuição de beneficiários é bem menos concentrada devido aos participantes dos planos de saúde empresarial, não estarem situados na mesma localização de seus estipulantes, de modo que entende-se que não haja concentração de riscos operacionais na carteira.

Centro Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total Geral		
Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
2015	287.558	14%	135.753	6%	27.132	1%	1.531.084	72%	133.743	6%	2.115.270	100%
2014	270.121	14%	133.432	7%	25.212	1%	1.378.701	72%	114.767	6%	1.922.233	100%

**g) Principais ramos de atuação:** A Seguradora opera principalmente com planos de seguro saúde empresarial, que no exercício apresentou um índice de sinistralidade, desconsiderada a variação da Provisão para eventos ocorridos e não avisados - PEONA de 90% (86% em 2014) e um índice de comissionamento de 6% (7% em 2014) em relação ao prêmio ganho no mesmo exercício.

### 5. ATIVOS FINANCEIROS (APLICAÇÕES)

Níveis	Vencimentos			Ativos			Total	
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor Contábil	Valor Custos Atualizado	2015	2014
<b>Titulos</b>	<b>44.051</b>	<b>170.600</b>	-	<b>69.865</b>	<b>284.516</b>	<b>284.516</b>	<b>284.516</b>	<b>151.082</b>
<b>Carteira própria</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações Compromissadas	2	22.981	29.334	-	52.315	52.315	52.315	18.399
Quotas de Fundos de Renda Fixa	2	-	-	69.865	69.865	69.865	69.865	24,56%
<b>Quotas e fundos de investimentos exclusivos</b>	<b>21.070</b>	<b>141.266</b>	-	-	<b>162.336</b>	<b>162.336</b>	<b>162.336</b>	<b>68,54%</b>
Operações Compromissadas	2	7.186	-	-	7.186	7.186	7.186	2,53%
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	-	100.484	-	100.484	100.484	100.484	35,32%
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	1	13.790	40.782	-	54.572	54.572	54.572	19,18%
Outras contas a pagar	2	94	-	-	94	94	94	0,03%
<b>Disponível para venda</b>	<b>144.760</b>	<b>151.794</b>	<b>24.358</b>	<b>320.912</b>	<b>331.451</b>	<b>(10.539)</b>	<b>320.912</b>	<b>100%</b>
<b>Carteira própria</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósito bancário a prazo (CDB)	2	16.351	-	-	16.351	16.354	(3)	5,10%
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE)	2	17.825	21.517	-	39.342	39.357	(15)	20,83%
Debêntures (*)	2	-	78.455	3.811	82.266	83.720	(1.454)	82,26%
Letras Financeira (LF) (**)	2	54.268	5.132	-	59.400	59.328	72	28,61%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	-	-	-	-	-	-	8,26%
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	55.572	5.919	-	61.491	61.845	(354)	19,16%
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	1	-	6.626	8.443	15.069	16.494	(1.425)	4,70%
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	1	-	34.145	12.104	46.249	53.609	(7.360)	46,249
FIDC	2	744	-	-	744	744	-	0,23%
<b>Mantidos até o vencimento</b>	<b>23.572</b>	<b>63.366</b>	-	<b>86.938</b>	<b>86.938</b>	<b>86.938</b>	<b>86.938</b>	<b>100%</b>
<b>Carteira própria</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE)	2	-	-	-	-	-	-	7,04%
Letra Financeira (LF) (**)	2	15.510	40.701	-	56.211	56.211	-	64,66%
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	8.062	-	-	8.062	8.062	-	19,02%
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	1	-	22.665	-	22.665	22.665	-	26,07%
<b>Total</b>	<b>212.833</b>	<b>385.760</b>	<b>24.358</b>	<b>69.865</b>	<b>692.366</b>	<b>702.905</b>	<b>(10.539)</b>	<b>600%</b>

(\*) Os principais emissores das debênturas são os bancos: Ecorodovias, Cielo, Ampla, Via Oeste, Sabesp, Cemig. (\*\*\*) Os principais emissores das letras financeiras são os bancos: Daycoval, Banco Ford, Votorantim, ABC, Safra, BBS, Volkswagen, Itaú-Unibanco. **a) Hierarquia do valor justo:** Os valores de referência foram definidos como se segue: **Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo; **Nível 2:** títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas que cujas características é direta ou indiretamente observável; e **Nível 3:** títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Seguradora não efetuou reclassificações entre categorias, bem como não houve transferências entre níveis hierárquicos. **b) Taxa de Juros Contratada:**

Classe	2015		2014	
	Taxa de Juros contratada	Custos mais rendimentos	Taxa de Juros contratada	Custos mais rendimentos
Operações Compromissadas	100%	CDI	100%	CDI
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	16,29%	PRE	100%	CDI
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	6,83%	IPCA +	54,572	94
Outras contas a pagar	-	-	530.030	69.865
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	16.351	52.315
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	104,68%	CDI	31.286	15.414
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	99,97%	CDI	15.414	39.342
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	105,87%	CDI	39.342	69.082
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	1,37%	CDI +	19.509	27.020
Operações Compromissadas	6,09%	IPCA +	27.020	11,94%
Letras Financeira (LF)	110,89%	CDI	69.553	4,44%
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	109,54%	CDI	15.069	11,34%
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	5,66%	IPCA +	7.296	25.249
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	12,74%	PRE	8.017	2.717
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	11,94%	PRE	69.553	8,245
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	4,44%	IPCA +	5.907	2.81
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	11,34%	PRE	2.81	1.111
Outras contas a pagar	16,574	9,874	14.085	28.969
Letras Financeira (LF)	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	10,817	4,111	14.085	28.969
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	10,817	4,111	14.085	28.969
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	10,817	4,111	14.085	28.969
Outras contas a pagar	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras Financeira (LF)	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	10,817	4,111	14.085	28.969
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	10,817	4,111	14.085	28.969
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	10,817	4,111	14.085	28.969
Outras contas a pagar	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras Financeira (LF)	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	10,817	4,111	14.085	28.969
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	10,817	4,111	14.085	28.969
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	10,817	4,111	14.085	28.969
Outras contas a pagar	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras Financeira (LF)	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	10,817	4,111	14.085	28.969
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	10,817	4,111	14.085	28.969
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	10,817	4,111	14.085	28.969
Outras contas a pagar	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras Financeira (LF)	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	10,817	4,111	14.085	28.969
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	10,817	4,111	14.085	28.969
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	10,817	4,111	14.085	28.969
Outras contas a pagar	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras Financeira (LF)	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	10,817	4,111	14.085	28.969
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	10,817	4,111	14.085	28.969
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	10,817	4,111	14.085	28.969
Outras contas a pagar	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras Financeira (LF)	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	10,817	4,111	14.085	28.969
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	10,817	4,111	14.085	28.969
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	10,817	4,111	14.085	28.969
Outras contas a pagar	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras Financeira (LF)	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	10,817	4,111	14.085	28.969
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	10,817	4,111	14.085	28.969
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	10,817	4,111	14.085	28.969
Outras contas a pagar	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras Financeira (LF)	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	10,817	4,111	14.085	28.969
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	10,817	4,111	14.085	28.969
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	10,817	4,111	14.085	28.969
Outras contas a pagar	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras Financeira (LF)	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	10,817	4,111	14.085	28.969
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	10,817	4,111	14.085	28.969
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	10,817	4,111	14.085	28.969
Outras contas a pagar	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras Financeira (LF)	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	10,817	4,111	14.085	28.969
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	10,817	4,111	14.085	28.969
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	10,817	4,111	14.085	28.969
Outras contas a pagar	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras Financeira (LF)	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	10,817	4,111	14.085	28.969
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	10,817	4,111	14.085	28.969
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	10,817	4,111	14.085	28.969
Outras contas a pagar	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras Financeira (LF)	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	10,817	4,111	14.085	28.969
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	10,817	4,111	14.085	28.969
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	10,817	4,111	14.085	28.969
Outras contas a pagar	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras Financeira (LF)	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	10,817	4,111	14.085	28.969
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	10,817	4,111	14.085	28.969
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	10,817	4,111	14.085	28.969
Outras contas a pagar	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras Financeira (LF)	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	10,817	4,111	14.085	28.969
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	10,817	4,111	14.085	28.969
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	10,817	4,111	14.085	28.969
Outras contas a pagar	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras Financeira (LF)	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	10,817	4,111	14.085	28.969
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	10,817	4,111	14.085	28.969
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	10,817	4,111	14.085	28.969
Outras contas a pagar	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras Financeira (LF)	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	10,817	4,111	14.085	28.969
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	10,817	4,111	14.085	28.969
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	10,817	4,111	14.085	28.969
Outras contas a pagar	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras Financeira (LF)	10,817	4,111	14.085	28.969
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	10,817	4,111	14.085	28.969
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	10,817	4		

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	Reembolso									
	Preço pré estabelecido				Preço pós-estabelecido					
	Planos individuais/familiares	Planos individuais antes da lei	Planos individuais após a lei	Planos coletivos por adesão antes da lei	Planos coletivos antes da lei	Planos coletivos após a lei	Planos coletivos antes da lei	Planos coletivos após a lei	Total	2014
Consulta médica	54	673	-	452	713	10.400	-	-	12.292	
Exames	7	4	-	1	521	185	-	-	718	
Terapias	-	-	-	(7)	8	191	-	-	192	
Internações	3	(2)	-	(33)	3.024	(1.481)	-	-	1.511	
Outros atendimentos	60	10	-	841	1.599	45.858	-	13	48.381	
Demais despesas	26	28	-	203	1.172	19.641	-	-	21.070	
<b>Total</b>	<b>150</b>	<b>713</b>	<b>-</b>	<b>1.457</b>	<b>7.037</b>	<b>74.794</b>	<b>-</b>	<b>13</b>	<b>84.164</b>	

## f) Outras receitas e despesas operacionais

	2015	2014
Receita benefícios SEA - Seguro de extensão assistencial	1.309	1.920
Despesas com apólices e contrato	(4.106)	(1.138)
Provisão para contingências - operacionais	(4.046)	(3.230)
Outras	(706)	(2.771)
<b>Subtotal</b>	<b>(8.858)</b>	<b>(7.139)</b>
Provisão para perdas sobre créditos - prêmios	(13.823)	(11.199)
Provisão para perdas s/outros créditos	(2.097)	(1.519)
<b>Subtotal</b>	<b>(15.920)</b>	<b>(12.718)</b>
<b>Total outras despesas operacionais</b>	<b>(24.778)</b>	<b>(19.857)</b>
Despesa benefícios SEA - Seguro de extensão assistencial	(1.182)	(749)
<b>Total</b>	<b>(24.651)</b>	<b>(18.686)</b>

## g) Despesas de comercialização:

	2015	2014
Comissões sobre prêmios emitidos	(98.167)	(97.640)
Comissões de agenciamento	(9.459)	(27.538)
Variação das despesas de comercialização diferidas	(8.949)	726
Comissões de Pro-Labore	(2.882)	(2.364)
<b>Total</b>	<b>(119.457)</b>	<b>(126.816)</b>

## h) Despesas administrativas:

	2015	2014
Despesas com pessoal	(77.622)	(71.035)
Serviços de terceiros	(27.303)	(36.169)
Localização e funcionamento	(29.443)	(24.048)
Despesa com publicidade e propaganda	(9.583)	(20.954)
Outras	(3.478)	(3.158)
<b>Subtotal</b>	<b>(147.429)</b>	<b>(155.364)</b>
<b>Despesas com tributos</b>		
Taxas de saúde suplementar	(1.787)	(1.667)
Outras	(511)	(101)
<b>Subtotal</b>	<b>(2.298)</b>	<b>(1.768)</b>
<b>Total</b>	<b>(149.727)</b>	<b>(157.132)</b>

## i) Receitas e despesas financeiras:

	2015	2014
<b>Receitas</b>		
<b>Receitas com títulos privados</b>	<b>43.602</b>	<b>26.837</b>
Valor justo	6.303	6.600
Disponível para venda	29.755	16.256
Mantidos até o vencimento	7.544	3.981
<b>Receitas com títulos públicos</b>	<b>22.370</b>	<b>22.307</b>
Disponível para venda	18.197	19.487
Mantidos até o vencimento	4.173	2.820
<b>Receitas com fundos de investimento</b>	<b>20.488</b>	<b>4.284</b>
Valor justo	20.276	4.043
Disponível para venda	212	241
Receitas financeiras com operações de assistência à saúde	474	1.357
Receitas financeiras com depósitos judiciais	4.335	3.315
Outras receitas financeiras	2.204	762
<b>Total</b>	<b>93.473</b>	<b>58.862</b>
<b>Despesas</b>		
<b>Despesas com títulos de renda fixa e variável</b>	<b>(2)</b>	<b>(56)</b>
Valor justo	(2)	-
Disponível para venda	-	(56)
Despesa financeira com operações de assistência à saúde	(863)	(268)
Despesas financeiras com operações de seguros	-	(101)
Encargos para provisão para contingência	(7.046)	(4.394)
Despesas com empréstimos e financiamentos	(582)	(223)
Outras despesas financeiras	(340)	(133)
<b>Total</b>	<b>(8.833)</b>	<b>(5.175)</b>
<b>Total</b>	<b>84.640</b>	<b>53.687</b>

## j) Resultado patrimonial:

	2015	2014
<b>Receitas patrimoniais</b>		
Receita de aluguel	41	58
Resultado de equivalência patrimonial positivo (Nota 10)	276	587
Outras receitas patrimoniais	15	33
<b>Subtotal</b>	<b>332</b>	<b>678</b>
<b>Despesas patrimoniais</b>		
Resultado de equivalência patrimonial negativa (Nota 10)	(1.913)	(1.517)
<b>Subtotal</b>	<b>(1.913)</b>	<b>(1.517)</b>
<b>Total</b>	<b>(1.581)</b>	<b>(839)</b>

## k) Benefícios por término de contrato de trabalho:

A Seguradora oferece plano de complementação de aposentadoria, política de recolocação profissional e extensão do seguro saúde por período de seis meses de forma discricionária. Os valores representaram no exercício:

	2015	2014
Extensão do plano de seguro saúde	9	3
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>3</b>

## 20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2015	2014	2015	2014
<b>Lucro antes dos impostos e após participações sobre o resultado</b>	<b>2.591</b>	<b>13.726</b>	<b>2.591</b>	<b>13.726</b>
<b>Adições:</b>				
Provisão para contingências	1.101	12.754	1.101	12.754
Provisão para devedores duvidosos	12.295	7.669	12.295	7.669
Donativos	-	51	-	51
Programa de participação no resultado	456	951	456	951
Outras	2.652	2.610	2.652	2.610
<b>Exclusões:</b>				
Receitas com depósitos judiciais	(4.180)	(3.199)	(4.180)	(3.199)
Incentivo Lei do Bem - Lei 11.196 de 21/11/2005	(3.600)	(3.231)	(3.600)	(3.231)
<b>Base de cálculo</b>	<b>11.315</b>	<b>31.331</b>	<b>11.315</b>	<b>31.331</b>
<b>Aliquotas:</b>				
Imposto de renda a alíquota básica de 15% e contribuição social (*)	(1.697)	(4.699)	(1.905)	(4.699)
Imposto de renda alíquota adicional 10%	(1.108)	(3.109)	-	-
Programa de alimentação ao trabalhador-PAT	68	188	-	-
Patrocínios	-	25	-	-
<b>Tributos correntes</b>	<b>(2.737)</b>	<b>(7.595)</b>	<b>(1.905)</b>	<b>(4.699)</b>
Tributos diferidos	2.349	4.412	1.387	2.647
Majoração da alíquota CSLL	-	-	2.893	-
Outros tributos diferidos	(21)	(78)	(13)	35
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(409)</b>	<b>(3.261)</b>	<b>2.362</b>	<b>(2.017)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>15,79%</b>	<b>23,76%</b>	<b>91,24%</b>	<b>14,69%</b>

(\*) Alíquotas vigentes descritas na nota 30.

## 21. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Seguradora adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era de R\$15.000 (R\$15.000 em 2014) para danos materiais e R\$58.107 (R\$43.106 em 2014) para lucros cessantes.

A Controladora Unimed Seguradora S.A., contratou apólice de Cobertura de Responsabilidade Civil dos Administradores, extensivo às suas subsidiárias e suas controladas no valor de R\$20.000.

## 22. CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO E O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	2015	2014
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>4.545</b>	<b>8.448</b>
Ajustes para:		
Receitas com ajustes a valor presente	-	19
Resultado de equivalência patrimonial	1.637	929
Provisão de risco de crédito	15.920	12.718
Depreciação e amortização	16.205	9.678
Dividendos propostos	-	3.977
Ajuste de MTM sobre aplicações financeiras	-	606
Outras	-	(30)
Aplicações financeiras	(92.826)	(185.776)
Crédito de operações com planos de assistência à saúde	(10.918)	(36.720)
Despesas de comercialização diferidas	8.948	(726)
Títulos e créditos a receber	(17.418)	4.084
Outros valores e bens	394	3.369
Depósitos judiciais e fiscais	(7.552)	(6.979)
Despesas antecipadas	(196)	463
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	26.115	128.490
Débitos de operações de assistência à saúde	(1.245)	1.045
Impostos e contribuições	490	(27.173)
Empréstimos e financiamentos a pagar	(5.056)	9.536
Débitos diversos	(4.793)	(7.503)
Provisões judiciais	7.756	14.135
<b>Caixa gerado nas atividades operacionais</b>	<b>(57.994)</b>	<b>(67.410)</b>
Impostos sobre o lucro	4.642	12.293
<b>Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais</b>	<b>(53.352)</b>	<b>(55.117)</b>

## DIRETORIA

Helton Freitas  
Diretor-Presidente

Adelson Severino Chagas  
Diretor

Alexandre Augusto Ruschi Filho  
Diretor

Mauri Aparecido Raphaeli  
Diretor

## ATUÁRIA

Lara Cristina da Silva Facchini - Atuária - MIBA - 1118

## CONTADOR

Vinicius Negrini de Oliveira - CRC: 1SP242483/O-8

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da Unimed Seguros Saúde S.A. São Paulo - SP Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed Seguros Saúde S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras** A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para

permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações

financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e

financeira da Unimed Seguros Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2016



**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

**Eduardo Wellichen**  
Contador CRC-1SP184050/O-6  
**Leandro Galkyz Uzzi de Oliveira**  
Contador CRC-1SP232769/O-3